

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6.1 Composição e base de cálculo	Ativo Não circulante		Resultado				
	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014			
Natureza dos créditos							
Diferenças Temporárias							
Gastos Pré-operacionais							
Total diferenças temporárias	6.1.1	8.933	2.808	6.125			
6.2 Resultados tributáveis futuros		8.933	2.808	6.125			
6.1.1 Diferenças Temporárias		8.933	2.808	6.125			
Com o advento da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RIT, os quais passaram a incorporar a partir de 1º de janeiro de 2015 o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua debitabilidade ou não.							
6.2 Resultados tributáveis futuros							
A Administração da Companhia elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indícios, o qual foi aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:							
		2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	Total
		1.787	1.787	1.787	1.787	1.785	8.933

7 Partes relacionadas
Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Outras contas a pagar	Relacionamento	Duração	Passivo		Resultado (Despesas)	
			Circulante	Não circulante	2015	2014
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura						
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2018	321	2 (322)	(31)	
EDP Escócia	Controle comum	29/07/2015 a 29/07/2019	1		(3)	
Compartilhamento de gastos com pessoal						
Energset	Controle comum			137	(137)	
Empréstimos a receber						
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI						
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	24/09/2015 até				
		23/09/2016	70.179		(1.276)	
CWEI Brasil	Controladora em conjunto	24/09/2015 até				
		23/09/2016	70.165		(1.263)	
			140.344	322	139 (325) (168)	(2.539)

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 22.2).

7.1 Compromissos contratuais
A Companhia possui contrato de compra de energia junto a Energset S.A. (controlada direta da EDP - Energias do Brasil) no montante de 4,1 MWm com início de suprimento em 01 de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2046 (Nota 22.1).

7.2 Controladora direta e Controladoras filiais
A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., e China Three Gorges Brasil Energia Ltda., anteriormente denominada CWEI (Brasil) Participações Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

7.3 Remuneração dos administradores
7.3.1 Remuneração total da Diretoria pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

Número de membros (I)	2015	
	Diretoria Estatutária	Proporção (%)
Remuneração fixa (em R\$)	292.485	100%
Salário ou pró-labore	219.294	
Benefícios diretos e indiretos (I)	11.789	
Encargos sociais	61.402	
Valor total da remuneração	292.485	100%

(I) Das 3 posições da Diretoria, 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$606.000,00, para o período de janeiro a dezembro de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015.

(II) O número de membros foi calculado em conformidade com o Ofício Circular/CVM/SEP/02/2015, que corresponde a média anual dos membros remunerados. Esta média contempla a substituição de membros.

7.3.2 Remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

Número de membros	2015	
	Diretoria Estatutária	Proporção (%)
Valor da maior remuneração individual	2.00	
Valor da menor remuneração individual	292.485	
Valor médio da remuneração individual	11.789	
	146.243	

12 Debêntures
12.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2015		
										Encargos	Principal	Total
Pentagon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	15.550	10.000	156.500	09/05/2014	15/06/2030	Financiamento construção da UHE Cachoeira Caldeirão	PCFA + 2,743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações de EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa de EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	13.043	172.895	185.938

(I) Custos de emissão (891)

Total As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

12.2 Mutação das debêntures no exercício

Circulante	Valor líquido em 31/12/2014		Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2015
Custo de transação	-	-	-	-	(88)	88	88	-
Não circulante					(88)	88		
Principal		156.500		11.037		16.395	172.895	
Juros		(691)				2.006	13.043	
Custo de transação		(156.509)		11.037		88	(803)	
Total						18.401	185.135	

12.3 Vencimento das parcelas do Não circulante

2017	2018	2019	2020	2021	2022 até 2031	Total
						12.940
						13.197
						13.197
						13.194
						119.410
						185.135

13 Empréstimos e financiamentos
13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2015			
										Circulante	Circulante	Não circulante	Total
China Three Gorges Brasil Energia	82.500	24/09/2015	24/09/2015 a 23/09/2016	24/09/2015 a 23/09/2016	Contratos de mútuo	100,3% do CDI		Principal e juros em parcela única no final em garantia		70.164	70.164	-	-
EDP - Energias do Brasil S.A.	82.500	24/09/2015	24/09/2015 a 23/09/2016	24/09/2015 a 23/09/2016	Contratos de mútuo	100,3% do CDI		Principal e juros em parcela única no final em garantia		70.180	70.180	-	-
Notas Promissórias - BNDES	295.000	01/10/2014	295.000	01/10/2014 a 05/02/2015	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	109,25% do CDI		Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa de EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionada às suas participações.	8.008	295.000	303.008	
(I) Notas Promissórias - Custos de Transação												(513)	(513)
BNDES	504.100	25/11/2014	300.000	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	Líndice de Cobertura maior ou igual a 1,20 durante período de amortização, Índice de Capital Próprio Patrimônio líquido sobre Ativo total qual ou superior a 20%.		Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa de EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionada às suas participações.	5.404	320.414	325.818	287
(II) BNDES - Custos de Transação												(678)	(678)
Total										5.404	140.344	319.736	465.484

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

13.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

Circulante	Valor líquido em 31/12/2014		Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2015
Principal		295.000	137.000	(295.000)	26.291	(19.273)	3.344	140.344	
Juros		(395)	(10.016)				15.981	15.981	
Custo de Transação		(513)				(56)	569	3.671	
Total		302.872	137.000	(305.016)	26.291	(19.273)	569	145.748	
Não circulante									
Principal		300.000				19.273	1.141	320.414	
Juros		734				56	1.141	80.050	
Custo de Transação		299.266				19.273	56	319.736	
Total								465.484	

13.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Circulante	2016	2017	2018	2019	2020	2021 até 2025	2026 até 2030	2031 até 2035	Atos 2036	Total
										145.748
										145.748
										2.558
										15.975
										15.978
										15.981
										79.948
										80.010
										80.050
										29.187
										319.736
										465.484

14 Uso do Bem Público - UBP

O uso do Bem Público - UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 11.1).

A Administração da Companhia considerou o momento da obtenção da Licença de Instalação - LI para elaborar o reconhecimento do UBP, pois foi o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 10) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

Uso do Bem Público	Saldo em 31/12/2014		Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2015
	7.952	(874)	(874)	2.332	9.410
	7.952	(874)		2.332	9.410

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Outros créditos - Ativo	Circulante		Não circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos		7		5
Despesas pagas antecipadamente		114	182	76
Total		121	187	76
Outras contas a pagar - Passivo				
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas				322
Folha de pagamento			3	128
Acreditação de terceiros a repassar		8,1	8.395	
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2,6	2.562	1.105
Outros		105		
Total		109.995	1.233	322

8.1 Arrecadação de terceiros a repassar
O montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$8.325, refere-se ao valor ressarado pela seguradora relativo ao incidente ocorrido na UHE Cachoeira Caldeirão descrito na nota de Ocorrências e Resarcimentos.

8.2 Obrigações Sociais e Trabalhistas
Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

9 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e no estado necessário para o funcionamento. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 4.101/97, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a empresas e seus custos, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. As funções dos dispositivos das Instruções Normativas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras quando aplicável, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo esteja fora do balanço patrimonial da Companhia em dezembro de 2015, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

9.1 Mutação do imobilizado

Imobilizado em curso	Valor líquido em 31/12/2014	Adições	Juros capitalizados	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2015
Terras	51.149	29.548			80.697
Reservatórios, barragens e adutoras	278.656	92.881			371.537
Edificações, obras civis e benfeitorias	139.652	90.880			230.532
Máquinas e equipamentos	64.433	216.813		60.910	341.965
Adiantamento a fornecedor	9.1.1	100.261		(60.910)	39.351
A ratear	9.1.2	57.272	26.312	55.353	138.937
Total do imobilizado	691.423	458.294			1.208.010

9.1.1 Adiantamento a fornecedor
Referem-se aos valores previstos nos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos da UHE Cachoeira Caldeirão, envolvendo, principalmente, a construção, transporte e montagem da UHE.

9.1.2 A ratear
Os valores apresentados na rubrica A ratear referem-se aos custos realizados em benefício da obra com um todo, que não são passíveis de alocação direta ao custo de determinado bem. Ao término da construção, o montante desta rubrica será tratado proporcionalmente a cada rubrica do imobilizado.

9.1.3 Ingresso do imobilizado
Para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão a Companhia celebrou contratos por meio do sistema turn key bilateral onde a CESBE S.A. é responsável pelas obras civis e pela subestruturação da planta VLE, e a Altom e Bartella responsáveis pelo escopo eletromecânico.

A construção da UHE Cachoeira Caldeirão tem evoluído de acordo com o cronograma previsto.

A Licença de Instalação do projeto foi emitida em 05 de agosto de 2013 e as obras foram iniciadas neste mesmo mês. Neste momento a Companhia está realizando para uma antecipa da entrada em Operação Comercial de 6 meses a 1 ano em relação ao prazo estabelecido no Contrato de Concessão. Em 18 de dezembro de 2015 foi emitida a Licença de Operação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2015
Circulante	96.256	14.717	(37.806)	3.493	(7.000)	(498)	23.268
Não circulante	1.248	16.410		964	(6.700)	(207)	11.715
Total	37.504	31.127	(37.806)	4.457	(13.700)	(705)	34.773

16 Patrimônio líquido
16.1 Capital social
O Capital social subscrito em 31 de dezembro de 2015 é de R\$627.501 e está representado por 627.600.500 ações ordinárias (R\$627.501 em 31 de dezembro de 2014 representado por 544.586.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Durante o exercício de 2015 foram integralizadas R\$183.986 relativos à Capital social anteriormente subscrito em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 27 de junho de 2014. Em 8 de outubro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE o aumento do Capital social, com a emissão de 80.014.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas pelas acionistas EDP - Energias do Brasil e China Three Gorges Brasil Energia, proporcionalmente em relação ao percentual de participação, no valor de R\$83.014. A Companhia está sujeita a aumentos de capital social até o limite de R\$283.224, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro desta limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma de subscrição e integralização. As ações ordinárias são classificadas como Capital social e de titularidade de quaisquer cotas atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2015	31/12/2014		
Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
EDP - Energias do Brasil	313.800.250	50,00	272.293.250	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	313.800.250	50,00	272.293.250	50,00
Total	627.600.500		544.586.500	

17 Gastos operacionais
Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. A Companhia apresenta os Gastos operacionais por detalhamento na Demonstração de resultados, conforme referido no artigo 187 do Lei nº 6.406/76 e alterações posteriores. E apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26 e pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

	2015		2014	
	Despesas operacionais	Gerais e administrativas	Total	Total
Não genêricáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	375		375	
		375		375
Genêricáveis				
Personal. Administradores e Entidade de previdência privada	1.539	1.539	1.325	1.325
Material	674	674	648	648
Serviços de terceiros	4.121	4.121	3.303	3.303
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	1.900	1.900	740	740
Alugueis e arrendamentos	1.800	1.800	1.500	1.500
Outras	10.242	10.242	8.237	8.237
	18.044	18.044	6.271	6.271
Total	375	18.044	18.044	18.044

18 Resultado financeiro
Receitas financeiras
Receita de aplicações financeiras e caução
Variações monetárias moeda nacional
Juros e multa sobre impostos
(-) Juros capitalizados
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras
Outras receitas financeiras

Despesas financeiras
Encargos de dívida
Variações monetárias moeda nacional
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF
Atualização monetária contratos de mútuo
(-) Juros capitalizados
Outras despesas financeiras

19 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescido de 5% sobre o resultado tributável e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%. As despesas com impostos também são atualizadas das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de fluxos.

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando garantir a administração adequada de qualquer custo de transação atribuído. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

21.1.3 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros
A mensuração a valor justo de instrumentos financeiros no balanço patrimonial da Companhia segue a metodologia de mensuração a valor justo regulada a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigíveis como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos semelhantes ao Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado, é baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carências, indexadores e mercados atípicos. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros exercido.
A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a administração e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.
O risco de mercado é apresentado com a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de risco financeiros. As informações sobre os instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas notas 12 e 13, possuem como contraparte o agente locatário Pertigango S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fluxos de caixa futuros considerados vulneráveis a variações de preços. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui risco de mercado associado ao TJLP e IPCA. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposição a valor justo cambial e juros atrelados a dívidas em moedas estrangeiras. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e (ou) metodologias para suas estimativas, faz uso de informações de fontes de terceiros, o valor de mercado de uso do bem público, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida e Debêntures diferem do seu valor contábil.

21.2 Análise de sensibilidade
As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas podem resultar em valores diferentes dos estimados devido a alterações nas informações disponíveis e informações demonstradas no quadro. Os resultados das análises de sensibilidade são meramente ilustrativos e não representam uma garantia de resultados futuros. O impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.
No que se refere ao risco de mercado, o detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentados nas notas 12 e 13. Os resultados atingidos até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário (i) provável) e adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em pressupostos macroeconômicos obtidos do Relatório FOCUS do Banco Central, os cenários (ii) e (iii) com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários (iv) e (v) com 25% e 50% de redução, respectivamente.

	Operação	Risco	Até 1 ano		2 a 5 anos		5 anos		Provável		Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)		Cenário (V)	
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Até 1 ano	2 a 5 anos	Até 1 ano	2 a 5 anos	Até 1 ano	2 a 5 anos	Até 1 ano	2 a 5 anos	Até 1 ano	2 a 5 anos	Até 1 ano	2 a 5 anos		
Emprestimos e financiamentos - BNDES																		
emissão de títulos e valores mobiliários	TJLP	(38.834)	(123.951)	(211.416)	(374.201)	(56.467)	(133.985)	56.467	133.985									
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(25.922)	(74.032)	(62.649)	(162.603)	(17.864)	(35.729)	17.864	35.729									
Total	PCA	(25.922)	(74.032)	(62.649)	(162.603)	(17.864)	(35.729)	17.864	35.729									

21.3 Compromissos contratuais e Garantias
21.3.1 Compromissos contratuais
Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão sujeitos por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regulamente por meio de relatório de risco detalhado à Administração.
Com base nas análises periódicas realizadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais dos compromissos contratuais por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia também efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão concordes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros futuros e, consequentemente, não são cobertos por garantias contratuais ou contrapartidas de risco.
A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de variáveis que possam impactar o fluxo de caixa. O detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentados nas notas 12 e 13, e dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	Até 1 mês	3 meses	6 meses	1 ano	31/12/2015		31/12/2014	
					De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	8.288	747	35.817	50.492	44.852	12.536		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas				145.748	66.241	118.994	165.135	
Uso do bem público					2.521	6.889	9.410	7.952
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					322	322	322	322
Total	8.288	146.495	35.817	119.576	119.975	200.827	205.203	162.758

21.3.2 Capital circulante líquido - CCL
O Capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2015 foi negativo em R\$198.046 (R\$120.516 negativo em 31 de dezembro de 2014). O capital circulante líquido negativo deve-se principalmente ao estágio final de liquidação das operações de venda de ativos e a diferença entre os pagamentos realizados pelo financiamento de longo prazo do BNDES com os contratos de mútuo realizados pelas acionistas da Companhia. Esta situação será equilibrada com a liberação dos desembolsos do BNDES.
21.4 Risco de crédito
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.
O risco de crédito decorre do risco de crédito e das aplicações financeiras. A administração dessas ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
As informações sobre os instrumentos financeiros de risco são apresentadas nas demonstrações financeiras. A administração dessas operações é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicação em instituições financeiras de acordo com o setor do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.
A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

	31/12/2015		31/12/2014	
	2015	2014	2015	2014
Responsabilidades com locações operacionais	644	195	810	839
Obrigações de entrega				
Comercialização de energia	62.995	3.078	334	4.050
Materiais e serviços	74.833	3.612	377	4.254
Juros de empréstimos, financiamentos e Debêntures	85.660	58.450	19.835	335.249
Juros de financiamentos e empréstimos	127.781	98.809	66.892	226.025
Total	267.915	114.641	217.432	610.877

	31/12/2015		31/12/2014	
	2015	2014	2015	2014
Responsabilidades com locações operacionais	542	165	609	707
Obrigações de entrega				
Comercialização de energia	62.995	3.078	334	4.050
Materiais e serviços	74.833	3.612	377	4.254
Juros de empréstimos, financiamentos e Debêntures	85.660	58.450	19.835	335.249
Juros de financiamentos e empréstimos	127.781	98.809	66.892	226.025
Total	267.915	114.641	217.432	610.877

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Otávio Assis Henriques Conselheiro	Henrique Manuel Marques Paris Lima Freire Conselheiro	João Antonio Pinheiro Sampaio Mello Conselheiro	Yujun Liu Conselheiro	Antonio Eduardo Portela Ferreira Costa Conselheiro
DIRETORIA	Luis Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente	Dr. André Luiz de Castro Pereira Diretor Operacional e Técnico	Elisa Saeko Ishikawa Tuzi Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade	Renan Silva Sobral Controlador - CRC/ISP271964/O-6* S-AP
	Ke Xu* Diretor Financeiro Administrativo	Lei Wang* Diretor Operacional Técnico		

* Posse condicionada à autorização do Ministério do Trabalho e Emprego.
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Administradores e Acionistas
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se devido a fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Nossa auditoria envolveu a obtenção de evidências em relação às condições contábeis, contábeis e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.
Nessa avaliação de riscos, o auditor independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Nossa auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
São Paulo, 1º de março de 2016

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado
Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
São Paulo, 1º de março de 2016



PricewaterhouseCoopers
Autenticamos e emitimos opiniões sobre demonstrações financeiras.
CRC SP200160/O-5* S-AP

Valdir Renato Coscodan
Controlador - CRC/ISP165875/O-5* S-AP